

AS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS COMO AGENTES NUM CAMPO DE FORÇAS: PENSANDO ESTRATÉGIAS PARA A ÁREA DE ARTE

Marcus Vinícius Medeiros Pereira

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM)

RESUMO

Neste texto, apresentado originalmente na mesa-redonda “Associações Nacionais: conexões entre associação, formação e políticas educacionais”, que teve lugar no XXVIII CONFAEB, discute-se o papel e a importância das associações científicas. Propõe-se compreender as associações científicas, especialmente as associações brasileiras da área de Artes, como agentes num campo de forças: o campo científico. Desta forma, compreende-se as associações como agentes capazes de engendrar estratégias que visem à alteração da ortodoxia do campo científico. Defende-se a união dos esforços das associações da área de Arte para ações coletivas em prol de políticas públicas que respeitem as linguagens artísticas como conhecimento essencial para a formação cidadã e democrática dos brasileiros e brasileiras. Para tal, são necessárias avaliações internas e externas, afinando discursos e estruturando ações conjuntas especialmente, mas não exclusivamente, junto ao Ministério da Educação.

Palavras-chave: Música. ABEM. Associações científicas. Campo científico. Campo de forças.

Este texto origina-se da participação em uma mesa-redonda no XXVIII CONFAEB (Congresso Nacional da Federação de Arte/Educadores do Brasil), que teve lugar em Brasília, em novembro de 2018. Esta mesa redonda reuniu os presidentes e representantes das diversas associações do campo das Artes no país: Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), Associação Nacional de Pesquisadores em Dança (ANDA), Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (ABRACE), Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP) e a própria Federação de Arte/Educadores do Brasil (FAEB).

Em si, a realização desta mesa-redonda no evento da FAEB foi a primeira concretização do compromisso assumido pelas associações de Arte no Simpósio Internacional Arte na Educação Básica, promovido pela Universidade Federal da Bahia em dezembro de 2017, de aproximar as associações, formando uma rede colaborativa e uma frente de lutas pela Arte, especialmente visando às escolas de Educação Básica brasileiras.

Na ocasião do CONFAEB, optei por realizar uma reflexão sobre o papel e a importância das associações científicas para e na sociedade, dialogando, sempre que possível, com as ações que a ABEM vem promovendo desde sua fundação. Para pensar nas conexões e propostas possíveis para as associações da área de Arte, propus compreendê-las como agentes que desempenham um papel, engendrando estratégias em campos sociais mais amplos: o campo científico e a própria sociedade.

De início, é importante compreender que a história das associações está relacionada ao desenvolvimento das ciências. A partir deste desenvolvimento, surgiram necessidades que precisavam ser resolvidas para nortear e dar continuidade ao progresso científico e para que o mesmo se fizesse cada vez mais rapidamente. As sociedades científicas surgiram, em parte, em decorrência da necessidade de ampliar o contato e o conhecimento entre cientistas e como forma de se obter o aceite dos pares (Witter, 2007, p. 2).

Rodrigues (2018) afirma que, desde a fundação da primeira sociedade para o avanço da ciência, no século XIX, diversas instituições do tipo vêm sendo criadas para promover o diálogo entre cientistas, governos e outras esferas da sociedade civil, isso porque o que deve ser feito com e pela ciência não se restringe apenas a conversas a portas fechadas entre legisladores ou em laboratórios.

Quando a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS) surgiu, em meados do século XIX, seu objetivo era congregar cientistas e engenheiros em atividade nos Estados Unidos, em um ambiente multidisciplinar e aberto a cidadãos interessados em ciência. O surgimento da instituição, em 1848, seguia a tendência do que já estava acontecendo na Europa: em 1822 surgira a primeira associação do tipo – a Sociedade de Naturalistas e Médicos Alemães na cidade de Leipzig – e pouco tempo depois, em 1831, a Associação Britânica para o Progresso da Ciência (atualmente Associação da Ciência Britânica, BSA) em York. Ainda naquela década, em 1839, surgiu a Sociedade Italiana para o Progresso da

Ciência, em Pisa. Sua congênere francesa veio um pouco mais tarde, em 1872, em Bordeaux. Índia e Austrália/Nova Zelândia também criaram suas próprias sociedades nessa época (1876 e 1888, respectivamente). (Rodrigues, 2018, p. 22).

A parte norte do mundo, prossegue Rodrigues (2018), via um crescimento tecnocientífico sem precedentes nesse período – ciência, técnica e indústria se confundiam no século XIX e, como escreve a historiadora da ciência Eszter Pál em 2014 (*Review of Sociology*, v. 4, 2014), a própria nomenclatura de praticantes e estudiosos das ciências como “cientistas” também surgiu nessa época – e, junto com ela, instituições como a Royal Society, que se propunha a sistematizar o diálogo entre pares nesse cenário social.

A circulação de ideias, que acabava por oxigenar a crescente organização política da comunidade interessada pela ciência no Reino Unido e em outros países, dava-se por meio de debates públicos, encontros, seminários e publicações, organizados por essas associações. Um pouco mais tarde, como mostra Rodrigues (2008), outras entidades com o mesmo objetivo foram surgindo em mais regiões. No século XX, África do Sul (1902), Canadá (1923), Japão (1932), Argentina (1934), Brasil (1948, com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC), Venezuela (1950) e Colômbia (1970) foram alguns países que criaram as suas próprias associações.

Aos poucos, como reflete Witter (2007), foram sendo agregados papéis e funções cada vez mais relevantes, as sociedades foram se diversificando, ampliando-se, tornando-se normativas, mais poderosas. São características que não se distribuem homoganeamente, mas essenciais ao desenvolvimento das instituições e da própria ciência. Contudo, observa-se que, desde o início, as associações primam por congregar e por fomentar diálogos – entre pares e destes com o governo e a sociedade.

Da história das associações de Música

No Brasil, como analisa Del-Ben (no prelo), a consolidação da prática de pesquisa na área de Música está diretamente vinculada à sua inserção no sistema de pós-graduação. A Pós-Graduação em Música tem início, no país, em 1980, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A autora pondera que já existia atividade de pesquisa anterior a essa época, mas era “esporádica e confusa quanto à própria concepção de pesquisa”. Citando Ilza Nogueira (1996a), Del-Ben (no prelo) mostra que “[o] marco inicial do desenvolvimento de uma atividade de pesquisa em Música consistente, definida e orientada é [...] o ano de 1984, quando a Música passa a ter representação individual no Comitê Assessor de Artes do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]” (Nogueira, 1996a, p. 41).

Para consolidar a pós-graduação e a pesquisa no país, uma das estratégias do governo foi a indução à criação de associações científicas por área de conhecimento (Bianchetti, 2009):

É no âmbito dessa política, e a partir das discussões levadas a cabo no Simpósio Nacional sobre a Problemática da Pesquisa e do Ensino Musical no Brasil (SINAPEM), organizado em 1987 por Ilza Nogueira, que, em 1988, é criada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) (Nogueira, 1996b). Em 1991, temos a fundação da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), que, apesar de não ser uma associação de pesquisa como a ANPPOM, sempre teve a pesquisa e a divulgação do conhecimento como um dos seus eixos centrais (Oliveira, 2012), tanto que a pesquisa foi tema de vários dos encontros e congressos por ela promovidos e, mais recentemente, foi instaurado o Fórum Permanente de Pesquisa em Educação Musical (Del-Ben, no prelo, p. 2).

A área de Música foi, então, se adequando aos princípios e critérios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e estabelecendo “critérios que defin[iam] os padrões de qualidade de sua pós-graduação, assim como uma política de orientação da produção científica” (Nogueira, 1996b, p. 19). Para Del-Ben, ao menos parte desses critérios vão nos sendo revelados em diversas publicações, que mostram a disposição da área – de música, de modo geral, e de educação musical, especificamente – para refletir sobre si mesma, na busca pela consolidação da pesquisa e da formação de pesquisadores.

Da importância das associações

Trago aqui aspectos relativos à importância e ao papel de associações e sociedades científicas destacados por diversos autores de outras áreas, como Geraldina Witter (2007), Lucídio Bianchetti (2009) e Valter Bracht (2009). Tais destaques nos ajudam a refletir sobre como temos conduzido nossas associações e, tão ou mais importante, como temos participado individual e coletivamente de suas ações.

Segundo Witter (2007, p. 3),

A importância das Sociedades Associações/Científicas decorre delas gerarem e preservarem a História da Ciência e das Profissões relacionadas, de criarem estímulos e condições de desenvolvimento, quer da ciência, quer da profissão. O trabalho de preservar a história começa com a própria evolução que deve ser devidamente registrada e pesquisada periodicamente em seus múltiplos aspectos, com muitas coletas, análises e leituras. Certamente as datas comemorativas são momentos ideais para tais retomadas.

Logo, há uma importância relacionada à história das ciências que é impulsionada pelas associações e que precisa ser preservada e continuamente analisada pelas

mesmas. Estas análises, que envolvem a avaliação da produção científica, destacando seus impactos nas práticas sociais, configuram-se como importantes contribuições das associações científicas.

Alinhada a esta perspectiva, a diretoria da ABEM propôs para o biênio 2017-2019 o tema “Educação Musical em tempos de crise: percepções, impactos e enfrentamentos”, incitando seus associados à análise da produção científica e da prática educativa, avaliando seus impactos na sociedade e procurando por estratégias de enfrentamento dos problemas encontrados.

Na linha de preservação da história das ciências, e da própria associação, uma possibilidade interessante aventada por Witter (2007) – e pouco explorada, ao menos no campo das Artes – é a análise de correspondência entre estudiosos, entre eles e sociedades, etc. Tal estudo suscita questionamentos como: pelo que as associações são procuradas e interpeladas? Quais documentos exaram em diálogo com a sociedade?

O arquivo de correspondência pessoal e institucional não parece ser uma tradição devidamente cultivada no Brasil. Diante deste cenário, é preciso tentar localizar, para depois organizar e analisar, documentação que viabilize tais estudos. A história contemporânea das ações levadas a cabo pelas associações tem sido registrada, muitas vezes, em suportes não físicos, como e-mails e documentos digitais. Preocupada em preservar essa história, a ABEM está estudando possibilidades de organizar um arquivo armazenado “na nuvem” com e-mails trocados, ofícios (correspondências) eletrônicos enviados e respondidos, entre outros. Muitos destes documentos acabam armazenados em computadores pessoais de dirigentes das associações, sendo urgente reuni-los em um repositório institucional que viabilize análises futuras.

É imperioso destacar que as associações são instituições que têm um grau variado de desenvolvimento, de potencial de atuação e mesmo de poder sociocultural e financeiro (posse de capital científico, simbólico e econômico). Muitas lutam para se manter, já que sua fonte de renda principal é constituída pelas anuidades pagas pelos associados e muitos não fazem seu pagamento em dia, outros só pagam quando há eventos ou quando tal pagamento é exigência para publicação. Ainda que a luta para se manter financeiramente seja grande, bem como grandes têm sido os esforços para sua profissionalização, nota-se uma certa autonomia entre o poder financeiro e o poder simbólico – reconhecido, muitas vezes, por um acúmulo de capital político fortalecido pelo conhecimento.

Witter (2007, p. 5) considera que, apesar das dificuldades, de modo geral, as perspectivas futuras são otimistas quanto ao desenvolvimento das associações e sua participação no crescimento das ciências. Entretanto, para que isto ocorra, é necessário estimular o aluno, desde a graduação, a filiar-se a entidades científicas. Se isto não foi feito na graduação, espera-se que na pós isto venha a ocorrer. Para a autora, atuação dos docentes universitários é crucial.

Neste sentido, muitos têm questionado quais os benefícios de tornar-se parte de uma associação científica. O benefício, em última análise, resulta do unir forças por um ideal, por participar de ações coletivas que defendam os interesses deste coletivo. A própria FAEB deixa isso bem marcado ao utilizar como impulso motivador do evento de 2018 as palavras da professora da UERJ Isabela Frade: “em água de peixes grandes, é necessário ser cardume”.

No caso das Artes, cada associação tem procurado, nos últimos anos, unir forças com as demais, para ampliar o coletivo, ampliando, conseqüentemente, a representatividade e o poder simbólico junto ao governo federal.

A importância das associações assenta-se, portanto, na possibilidade de “ser cardume” e, assim, gerar, impulsionar, preservar e avaliar a história das ciências, desempenhando papéis ao mesmo tempo sociais, políticos e epistemológicos.

Dos papéis

Os papéis de uma associação científica acabam por definir, e por serem definidos, pela tipologia das mesmas. Delicado, Rêgo e Junqueira (2014), após a recolha de dados empíricos e em diálogo com a literatura, propuseram uma tipologia de associações científicas, esquematizado na Figura 1, a seguir.

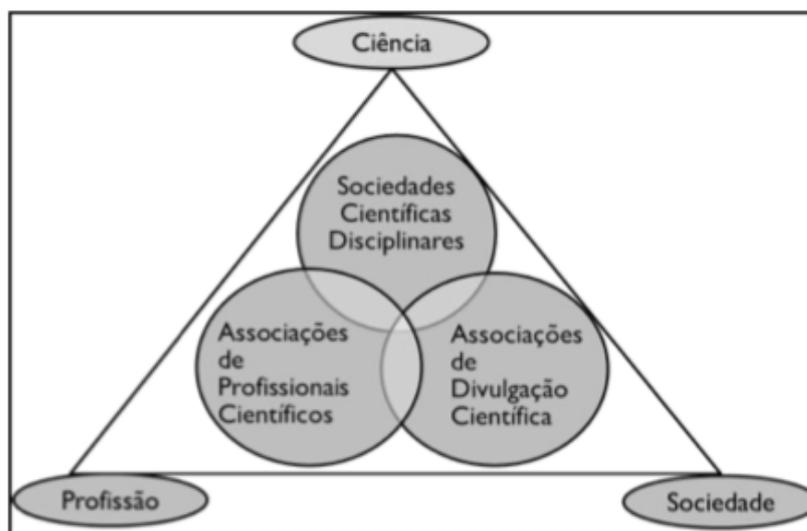


Figura 1: Tipologia de associações científicas (Delicado *et al.*, 2014, p. 10)

As sociedades científicas disciplinares são, segundo os autores, o tipo de associação mais próxima da esfera da ciência (e formaram o grupo mais numeroso entre as organizações recenseadas na pesquisa por eles realizada em Portugal). Sua finalidade principal seria promover uma determinada disciplina científica e sua multiplicidade parece acompanhar a crescente especialização da ciência.

As associações de profissionais científicos estão ligadas à representação socioprofissional dos trabalhadores em ciências (Delicado *et al.*, 2014, p. 12), e as de divulgação científica têm, como fim primordial, a disseminação de conhecimento junto à sociedade (Delicado *et al.*, 2014, p. 13).

As associações de Arte acabam por melhor se enquadrar no tipo ideal das sociedades científicas disciplinares, assumindo, contudo, as funções das demais identificadas pelos autores. Isto confirma o que Delicado *et al.* (2014) indicam: que as fronteiras entre os tipos propostos não são estanques. Isto se deve às atividades desenvolvidas pelas associações, ao seu caráter plurifuncional cujas atividades enquadram não só funções de desenvolvimento da disciplina (comunicação e reprodução do conhecimento científico), mas também funções de natureza profissional (representação de interesses da disciplina e seus profissionais, apoio na procura de emprego) e de ligação com a sociedade (aconselhamento de políticas públicas e divulgação científica) (Delicado *et al.*, 2011, p. 9).

Diante disto, é fato que o principal papel de uma associação científica, ligado às suas origens históricas, é de estímulo à produção científica. Para tal, as associações utilizam-se de estratégias como a promoção de eventos, a publicação de periódicos e dos anais dos eventos promovidos e a manutenção de bancos de dados. Há ainda a possibilidade da realização de concursos, da constituição de grupos de pesquisa, da organização de redes sociais entre seus sócios, entre outros. Witter (2007, p. 6) pondera que, possivelmente, a publicação é que tem efeito mais duradouro e potencial para estimular a produção.

A divulgação científica pode ocorrer, além dos eventos e das publicações, a partir da realização de palestras, cursos de duração variada e mesmo de vídeos com o intuito de popularizar os resultados das pesquisas realizadas. As universidades têm adotado a gravação de vídeos e sua disponibilização em plataformas digitais como recurso para a avaliação e divulgação dos resultados de programas de Iniciação Científica. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), por exemplo, têm promovido o *Nas nuvens* – evento inteiramente on-line, onde os textos, as palestras e as comunicações de pesquisa ficam disponíveis em uma página da internet.¹ A ABEM, por sua vez, tem realizado, além de seus congressos nacionais e encontros regionais, fóruns de discussão temática que têm surtido importantes efeitos de mobilização local. Mesas e conferências de todos os eventos têm sido gravadas e transmitidas ao vivo nas redes sociais, possibilitando a participação de um número cada vez maior de pessoas.

Os bancos de dados gerenciados pelas associações podem ser de acesso livre ou restrito aos associados. A ABEM optou, a partir de 2015, pela publicação de anais on-line, e as suas revistas também estão disponíveis no site da associação para todo

¹ É possível consultar os vídeos e textos da última edição em: <https://musicanasnuvens.weebly.com/4ordm-nas-nuvens-2018.html>.

o público, sem restrições. Esta opção é justificada pela intenção de divulgar a um público cada vez mais amplo a produção dos pesquisadores da área, buscando diálogos e impactos efetivos na sociedade.

Outro papel importante elencado por Witter (2007, p. 7) é a avaliação:

Algumas credenciam especialistas após exame de *curriculum vitae* e provas, outras se restringem a avaliar a documentação. Há sociedades, como a APA, que credenciam, avaliam e classificam cursos tanto de graduação como de pós-graduação. Desta forma contribuem substancialmente para assegurar a boa formação do profissional, por um lado, ao mesmo tempo em que, por outro lado, dão segurança ao usuário dos serviços que eles prestam.

A ABEM, particularmente, não desempenha este papel institucional da avaliação de profissionais, nem de cursos de graduação ou de pós-graduação. No âmbito da pós, a avaliação fica inteiramente a cargo da CAPES, enquanto a avaliação dos cursos de graduação é realizada pelo Ministério da Educação.

Diante do rápido avanço das ciências, Witter (2007, p. 7) destaca, ainda, a necessidade emergente de assegurar a atualização permanente ao profissional. Em muitos países se passou a exigir periodicamente exames de revalidação do direito ao exercício da profissão e, neste momento, no Brasil, há uma discussão sobre uma prova deste tipo destinada aos professores das escolas de Educação Básica. Em muitos casos, segundo a autora, esta importante tarefa de garantir a qualidade da prestação de serviços foi atribuída às sociedades científicas. Na área de Arte, não há ainda no Brasil nada similar.

É esperado que as sociedades científicas colaborem com as Instituições de Ensino Superior (IES), cooperando com a discussão de currículos acadêmicos, bem como com a organização conjunta, participação ou se fazendo presente em eventos (Witter, 2007, p. 8). Isto tem sido feito, pela ABEM, a partir das publicações dos autores que se dedicam ao estudo desta temática e pela realização dos fóruns já mencionados anteriormente. O Fórum Especial sobre a Base Nacional Comum Curricular, o Fórum Permanente de Música na Educação Básica e o Fórum Permanente de Formação de Professores de Música têm sido locais onde esta discussão é realizada, resultando em documentos que são enviados às autoridades competentes. Além disso, de maneira geral, todos os eventos são realizados em parceria com instituições de ensino brasileiras, sejam universidades públicas ou privadas, institutos federais e escolas de educação básica.

Witter (2007, p. 8) propõe que a colaboração das sociedades científicas/órgãos de classe (sindicatos, conselhos, ordens) deve ser intensa. A autora vê as associações como agentes que precedem, se empenham e criam contingências científicas, sociais, legais para que eles sejam instituídos.

Certamente a interação entre as sociedades científicas faz-se extremamente necessária, especialmente quando são reunidas em uma mesma área científica, como

é o caso da área de Arte. É tanto uma possibilidade para abrir espaço e fomentar diálogos interdisciplinares quanto uma necessidade para fortalecer a representatividade e o poder simbólico frente às autoridades constituídas. Está cada vez mais claro, diante dos ataques feitos contra as Artes nos documentos normativos relacionados à Educação Básica brasileira, o dever das associações de Arte de se unir para lutar por interesses comuns. Afinal, Arte é o componente curricular, enquanto suas linguagens específicas foram reduzidas, na BNCC (Brasil, 2017), a áreas temáticas.

Até aqui, pensando o papel e a importância das associações, levantou-se uma série de questões que merecem ser debatidas no interior de nossos coletivos. Vivemos um momento em que o formato dos eventos, como os concebemos, tem dado sinais de esgotamento, além do fato de que muitos desconhecem a potência de uma associação científica – para além da promoção destes eventos e da possibilidade de publicação. Isto se pode notar no esvaziado número de presentes em nossas assembleias, por exemplo, ou nas raras respostas a consultas públicas e na baixa participação em ações coletivas propostas.

Para sublinhar a potência das associações, destacando seus papéis e sua importância, proponho compreendê-las como importantes agentes no interior do campo científico, capazes de engendrar estratégias de subversão para alterar sua ortodoxia.

Associações: agentes num campo científico

Pierre Bourdieu (1983, p. 122, grifos do autor) nos ensina que “[o] universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas”.

Cada linguagem artística pode ser compreendida como um microcampo científico, relativamente autônomo. Ao mesmo tempo, podemos entendê-las como agentes no campo científico mais amplo.

Cada microcampo artístico possui, portanto, lutas, estratégias, interesses específicos. Temos consciência de como se materializam, no seio de nossas associações, estas lutas, as estratégias construídas, os interesses em jogo neste campo de lutas e disputas?

Ainda de acordo com o sociólogo francês, o campo científico é um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas que, conquistadas pelos agentes em lutas anteriores, concorrem pelo monopólio de uma espécie particular de capital, a *legitimidade científica* ou a *autoridade científica* (o capital específico em jogo no mundo da ciência) ou, o que é dizer o mesmo, concorrem pelo poder de impor os critérios que definem o que é e o que o não é científico e também os temas que merecem ou não investimento.

Em que medida nossas associações têm se investido de autoridade científica, ou seja, de capacidade técnica e de poder social para falar legitimamente em nome da

ciência – uma legitimidade que é outorgada pelos pares concorrentes no interior do próprio campo? De maneira mais particular na área de Arte, alguma linguagem artística tem falado pelas demais, e/ou subjugado as demais, exercendo a autoridade científica, outorgada por uma legitimidade ligada às posições adquiridas historicamente no campo?

Como tenho defendido em várias ocasiões, é preciso conhecer as “trevas internas” para reconhecer, nelas, as origens das “trevas externas”. É neste sentido que proponho a reflexão sobre nossa área e, definitivamente, que se evite uma desnecessária “caça às bruxas”. É fundamental nos conhecer, acertar nossas arestas e questões internas para afinar discursos e fortalecer as ações conjuntas.

Para se compreender o funcionamento e a estrutura do campo científico, Bourdieu (1983, 1987) indica ser preciso considerar tanto a posição de cada disciplina na hierarquia das disciplinas científicas que constituem o campo científico quanto a posição dos diferentes produtores e agentes na hierarquia própria de cada uma das disciplinas científicas. Que hierarquias temos criado entre nós e como temos lutado para alçar novas posições na hierarquia das disciplinas?

A já extinta Lei nº 11.769/2008, que tornou obrigatório o conteúdo Música no componente curricular Arte, e a Lei nº 13.278/2016, que reescreve a redação dada pela anterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.396/1996), são fruto de ações individuais – e talvez até contraditórias – de diferentes grupos das diferentes linguagens artísticas – ainda que não necessariamente tenham sido protagonizados pelas associações, houve participação das mesmas em algum momento. Denotam, além da luta por merecido reconhecimento (e legitimidade) das linguagens artísticas nos currículos das escolas brasileiras, a falta de união e diálogo entre as mesmas para organizar ações mais efetivas junto às esferas públicas.

Parece-me ainda, observando o campo das Artes, que as Artes Visuais ocupam um papel de relativa dominância no que se refere à sua presença nas escolas de Educação Básica. É fato que isto se deve às posições conquistadas em sua trajetória. Tal dominância pode ser observada, por exemplo, nas análises dos livros didáticos legitimados pelo Ministério da Educação como livros oficiais a serem distribuídos nas escolas brasileiras: os conhecimentos de Artes Visuais são maioria na seleção efetuada nos livros didáticos (Pereira, 2017; Santos; Pereira, 2017). Muitas vezes, mesmo as concepções teóricas próprias das Artes Visuais parecem ser assumidas como norteadoras de toda a área da Arte, em detrimento das epistemologias próprias de cada linguagem artística.

Logo, pode-se afirmar que há, no interior do campo científico das Artes, uma distribuição desigual de legitimidade. Como tem sido nosso posicionamento diante disto? Para nos comportarmos como um coletivo de fato, com interesses comuns, estas hierarquias precisam ser questionadas por todos, e não somente pelos que são prejudicados.

Outro exemplo que pode ser dado para ilustrar esta situação é a dificuldade que muitos licenciados em Música enfrentam para assumir cargos em concursos públi-

cos para professores de Arte. Muitas instituições chegam a negar a posse a estes profissionais por considerarem que a Licenciatura em Música não atende aos requisitos dispostos em seus editais: a formação na área de Arte. Quando a ABEM é acionada, envia-se à instituição um ofício que detalha a legislação brasileira, provando que o diploma de Licenciatura em Música comprova efetivamente a formação na área de Arte. Em geral, todas as vezes em que a associação enviou este ofício, a situação foi revertida, e o profissional teve assegurado o direito de tomar posse do cargo conquistado. Considero de fundamental importância política que este documento passe a ser assinado por todas as associações da área de arte, evidenciando um entendimento coletivo acerca do caso em tela.

A própria definição de campo de Bourdieu (1983b, p. 89) nos provoca neste sentido:

Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi chamado para entrar nesse campo (cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas a disputar o jogo dotadas de habitus que impliquem o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.

Coletivamente, como associações científicas da área de Arte, transcendemos os objetos de disputa e interesses mais específicos de cada linguagem artística e nos debruçamos em torno de objetos de disputas e interesses comuns, que nos unem – especialmente a luta por um espaço consistente nas escolas de Educação Básica, que supere a conotação de perfumaria e recreação. A busca é pelo reconhecimento e pela conquista de uma autoridade e legitimidade no rol dos componentes curriculares, inseparavelmente definidos como capacidade técnico-intelectual e como poder social. Dessa forma, esse movimento ora ensejado pelas associações de Arte é fundamental para que “o campo funcione”: é preciso pessoas prontas a disputar o jogo, e, assim, é fundamental debruçarmo-nos sobre o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, para que possamos, coletivamente, esboçar estratégias de subversão do status quo do campo científico mais amplo.

É preciso nos engajarmos, cada vez mais, na disputa pelo poder simbólico em questão no campo científico mais amplo. Um engajamento coletivo, mais produtivo do que apenas as lutas individualizadas – que são também importantes e necessárias. O poder simbólico é, na percepção bourdieusiana, uma maneira de se fazer reconhecido e valorizado. Dessa forma, os conflitos relacionados às lutas em um campo são tanto políticos como intelectuais.

Retomando os papéis das associações já tratados anteriormente, mas agora sob a ótica bourdieusiana, Bracht (2009, p. 32) nos convida a focar em dois tipos de relações:

- 1) as relações (de poder) internas, como coletivo que congrega diferentes profissionais, com diferentes perspectivas teóricas e políticas;
- 2) as relações que a associação mantém com outras instituições ou campos sociais.

Neste movimento no qual ora nos engajamos, tais análises precisam articular-se, sobretudo, no contexto dos movimentos societários mais amplos.

No âmbito de nossas relações internas, como afirmado anteriormente, precisamos identificar (e compreender) como se estruturam os diferentes agentes no interior de nossas associações. Que grupos detêm a autoridade científica (e isso não é sempre explícito), determinando os objetos, os domínios, as teorias e os métodos como “dignos” ou “indignos” de receber o interesse e os investimentos dos agentes do campo? Como têm sido estruturados, ao longo da história e mesmo hoje, estes interesses – aquilo que Bourdieu chamou de *illusio*?

Para se compreender a atual estrutura do campo, é preciso conhecer a sua história, pois, exatamente por serem espaços de luta, os campos passam por reordenações, muitas vezes devido ao sucesso de estratégias de subversão. É importante conhecer a história das tensões dentro e entre os diferentes campos, das relações de força no seu interior. E, como já destacamos, este é um dos papéis e uma das razões da importância das associações científicas.

No campo das relações externas, Bracht (2009, p. 36) destaca: “[...] em tempos de crise, ruptura e efervescência política, as diferentes organizações da sociedade civil, inclusive as acadêmicas ou científicas, e mesmo os intelectuais individualmente, são chamados mais fortemente a pronunciarem-se e envolverem-se mais diretamente na cena política”.

A ABEM, por exemplo, tem se pronunciado com bastante frequência diante dos severos ataques que a Educação vem sofrendo no Brasil. O objetivo, ao lado dos frequentes diálogos e parcerias com o Ministério da Educação e da Cultura, é “[...] influenciar as decisões sobre as políticas públicas” relacionadas à educação musical, à cultura e às práticas científicas como um todo.

Reitero, no que compete às relações externas (associações x sociedade), a fecunda possibilidade, no campo da Arte, de nos unirmos para influenciar definições e políticas que dizem respeito à formação artística dos brasileiros nas escolas de Educação Básica, à produção e ao reconhecimento do conhecimento artístico, além de fomentar contínuas reflexões sobre os cursos superiores e de Pós-Graduação em Arte. Para tal, é fundamental afinar os discursos, muitas vezes dissonantes, que acabam por enfraquecer pleitos coletivos.

As associações científicas buscam representar o campo da área no campo científico maior, ainda que a delimitação desse campo/dessa área seja complexa, transcendendo, muitas vezes, o pensamento cartesiano.

Um grande desafio nesta representação reside nos diferentes significados que a palavra “representação” pode assumir (Spivak, 2009). É preciso uma crescente to-

mada de consciência de que a associação é um coletivo, que demanda participação intensa de todos, para que a representação não assuma o sentido de teatro, onde a posição/decisão tomada se refira apenas à diretoria, mas de fato seja resultado de profundos e produtivos debates que conferem à diretoria ou ao presidente o poder de falar por todos.

A definição de associação apresentada por Bianchetti (2009, p. 19) segue nesta direção:

Na própria definição de entidade, associação [...] está subjacente a perspectiva de representação. Uma representação delegada pelo conjunto daqueles que compõem essas entidades. Isso supõe que causas, que frentes de enfrentamento sejam detectadas, discutidas e sobre elas se tomem decisões, se façam encaminhamentos, se acompanhe e se cobre resultados daquilo que representa o anseio da maioria.

E, acrescento, é preciso que todos participem.

Quase dez anos depois, nunca esta fala foi tão atual: são tantos os atentados, as restrições, os impedimentos, que não é por falta de causas, seja da sociedade em geral, seja de minorias, seja de questões específicas dos representados, que as entidades podem se dar ao luxo de acomodar-se (Bianchetti, 2009, p. 19).

Contudo, como tenho afirmado ao longo deste texto, a definição de estratégias exige conhecimento, estudo, reflexão. Não se pode agir baseado no senso comum ou nos desejos individuais daqueles que agem no campo.

Ultrapassando a perspectiva dos indivíduos (pós-graduandos, pesquisadores, intelectuais) e avançando para o da categoria, das entidades representativas, Bianchetti (2009, p. 24-25, grifo do autor) nos provoca, questionando: estamos conseguindo nos tornar protagonistas de causas e processos? Ou estaríamos predominantemente nos prestando a organizar e garantir um espaço/tempo para que os intelectuais institucionalizados disponham de uma *ágora* para apresentar suas pesquisas e receber o atestado de que expuseram/publicaram suas produções, independentemente de quantos formavam a assembleia ouvinte/participante e de quanto tempo dispunham para serem questionados, discutir, condição para os saltos qualitativos do conhecimento?

Como associação, representamos o interesse de um coletivo ou nos tornamos um clube que organiza eventos autobeneficentes, com direito ao que tem sido chamado de turismo intelectual? Como associação científica, temos colaborado para que as publicações acadêmicas se afirmem como tarefas em série, como as peças que rolam pelas esteiras de uma linha de montagem, entendendo o “produto” como tudo o que conta, e não sua recepção, seu uso humano (Waters, 2006 *apud* Bianchetti, 2009, p. 22)? “Na concepção gramsciana, as associações científicas seriam ‘intelectuais orgânicos’ ao/do coletivo que representam” (BIANCHETTI, 2009, p. 25)?

É neste momento de crise que trago o próprio Gramsci para justificar o propósito das associações científicas. Em 1917, o intelectual italiano publicou um texto

que nos toca profundamente, mais de um século depois. Tomando uma posição apaixonada, o autor afirma que odeia os indiferentes:

Odeio os indiferentes. Com Friederich Hebbel acredito que “viver significa tomar partido”. Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história. [...] A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. [...] O que acontece, o mal que se abate sobre todos, o possível bem que um ato heroico (de valor universal) pode gerar, não se fica a dever tanto à iniciativa dos poucos que atuam quanto à indiferença, ao absentismo dos outros que são muitos. O que acontece não acontece tanto porque alguns querem que aconteça quanto porque a massa dos homens abdica da sua vontade, deixa fazer, deixa enrolar os nós que, depois, só a espada pode desfazer, deixa promulgar leis que depois só a revolta fará anular, deixa subir ao poder homens que, depois, só uma sublevação poderá derrubar. A fatalidade, que parece dominar a história, não é mais do que a aparência ilusória desta indiferença, deste absentismo. Há fatos que amadurecem na sombra, porque poucas mãos, sem qualquer controle a vigiá-las, tecem a teia da vida coletiva, e a massa não sabe, porque não se preocupa com isso. Os destinos de uma época são manipulados de acordo com visões limitadas e com fins imediatos, de acordo com ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e a massa dos homens não se preocupa com isso. [...] Por isso odeio quem não toma partido, odeio os indiferentes. (GRAMSCI, 1982).²

Formamos uma associação porque não queremos ser indiferentes, não queremos que a história se faça sem a nossa participação. Façamos, pois, história. E permaneçamos em movimento, direcionando, cada vez mais, saltos qualitativos na produção do conhecimento em Arte e dos seus impactos na sociedade.

É alentador, neste sentido, saber que os campos estão em permanente processo de transformação. Nenhum campo existe como algo definido a priori: são construções sociais. É com esta certeza que nos unimos, recusando-nos à indiferença, para que a ortodoxia seja subvertida e as Artes assumam a parcela de protagonismo pela qual lutamos na sociedade, de maneira mais ampla e de modo particular nas escolas brasileiras.

2 Texto publicado originalmente no livro *La Città Futura*, em 1917, disponível no site: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/02/11.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

Referências

- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BRACHT, Valter. 30 anos do CBCE: os desafios para uma associação científica. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 30, n. 3, p. 31-44, maio 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.
- BIANCHETTI, Lucídio. 30 anos do Colégio Brasileiro das Ciências do Esporte: os desafios para uma associação científica e os dilemas dos intelectuais institucionalizados. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 30, n. 3, p. 13-30, maio 2009.
- DEL-BEN, Luciana. A produção de conhecimento em educação musical: uma perspectiva sobre o Brasil. In: QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; OLIVEIRA, Mário André Wanderlei; MENDES, Jean Joubert Freitas (org.). *Educação Musical na América Latina: singularidades, diálogos e interações*. Natal: UFRN, 2019. No prelo.
- DELICADO, Ana; JUNQUEIRA, Luís; REGO, Raquel; CONCEIÇÃO, Cristina; PEREIRA, Inês. Associações científicas portuguesas: mapeamento e caracterização. *Fórum Sociológico*, v. 21, p. 97-107, 2011.
- DELICADO, Ana; RÊGO, Raquel; JUNQUEIRA, Luís. Associações Científicas: uma proposta de tipologia. *Sociologia On-line*, n. 7, p. 7-32, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *La Città Futura (1917-1918)*. Org. Sergio Caprioglio. Torino: Einaudi, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. Os indiferentes. In: CAVALCÂNTI, Pedro Celso Uchôa (org. e trad.). *Convite à leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/02/11.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.
- NOGUEIRA, Ilza. Seminário de avaliação da área de música: um esforço pela efetividade e otimização do fomento à música. In: ENCONTRO ANUAL DA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 9., Rio de Janeiro, 1996. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Anppom, 1996a. p. 39-44.

NOGUEIRA, Ilza. O modelo atual da educação musical no Brasil: um drama em três atos incongruentes. *Fundamentos da Educação Musical*, n. 3, p. 5-21, jun. 1996b. (Série Fundamentos 3).

PEREIRA, Marcus V. M. Música, Currículo e Educação do Campo: uma análise de livros didáticos de Arte aprovados no PNLD Campo 2016. *Intermeio*, Campo Grande, v. 23, n. 45, jan./jun. 2017.

RODRIGUES, Meghie. O progresso da ciência é língua universal de associações pelo mundo. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 70, n. 3, p. 22-24, jul. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000300007>. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000300007&lng=en&nr=iso. Acesso em: 14 fev. 2019.

SANTOS, Daniel da Silva dos; PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. “Por toda Parte”: um estudo do currículo apresentado aos professores de Arte do Ensino Médio. *In: SEMANA DE EDUCAÇÃO MUSICAL*, 7.; *COLÓQUIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MUSICAL DAS VERTENTES*, 1.; *SEMINÁRIO MÚSICA NA ESCOLA – PIBID/UFSJ*, I, 2017, São João del-rei. *Anais* [...]. São João del-Rei: UFSJ, 2017. p. 1-11.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

WATERS, L. *Inimigos da esperança*. Publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

WITTER, Geraldina. Importância das sociedades/associações científicas: desenvolvimento da ciência e formação do profissional-pesquisador. *Boletim de Psicologia*, v. LVII, n. 126, p. 1-14, 2007.